



CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCESSÃO À INICIATIVA PRIVADA DO PARQUE DA REDENÇÃO: SUBSÍDIOS PARA TOMADA DE DECISÃO¹

14/11/2022

Toma conta de Porto Alegre, ou de parte dela, a discussão sobre a proposta de concessão à iniciativa privada, dentre outros espaços públicos, do Parque Farroupilha (Redenção): trata-se do mais antigo (criado em 1807, mais antigo portanto que o Central Park NYC, de 1853) e valioso patrimônio natural, histórico e cultural da cidade, tombado pelo Decreto 18.103/2012. A proposta de concessão, com mais de uma centena de páginas, que poucos leram, mas criticada por muitos, vai à consulta pública nos próximos dias, pelo que organizamos algumas considerações, resultado de nossa experiência na gestão ambiental da nossa Cidade e conhecimentos sobre outros parques mundo afora, especialmente associados à jardins históricos.

Nosso primeiro sobressalto foi constatar a inexistência de um enfoque ambiental na proposta: sequer são mencionadas as palavras “árvores”, “flora”, “fauna”. Em se tratando de um Parque, isso por si só configura a proposta mais como um “balcão de negócios” do que uma busca pela redenção da área verde. Sem entrar no mérito econômico-financeiro da proposta, sabemos que os contratos de concessão garantem bastante segurança à parte privada, mas entranham potenciais riscos ao erário. Assim, em que pese em princípio não sermos contrário a proposta, somos contrários à mesma como está, caso não surjam esclarecimentos sobre:

- Qual **parecer jurídico** embasou a proposta da Concessão? Uma vez que a Lei 1.036678961 do Patrimônio Histórico e Cultural estabelece que *“ficam tombados seus passeios, caminhos, vegetação, ajardinamos, edificações, abrigos, chafarizes, fontes, estatuaria, lagos, espelhos d’água e recantos”*;
- Qual serão as **futuras funções** da Prefeitura (Secretarias, Guarda Municipal) no Parque, assim como dos representantes dos usuários e de entidades amigas do Parque?
- Qual será o tratamento dado ao **patrimônio arbóreo**? Não há sequer menção sobre quem fará manutenção da **flora** e a proteção da **fauna**;
- Recreação, saúde, arte e lazer: haverá novos espaços para esporte e lazer? onde? quantos? como funcionariam? playgrounds, pistas de atletismo, áreas de jogos, obras de arte? trezinho? cancha de bocha, zonas para pic-nic, pets (normas);
- Como será feita a **manutenção** e **irrigação** dos jardins e **limpeza** e outras rotinas de manutenção do Parque, como manejo de resíduos sólidos, recuperação e ajardinamento dos recantos como o Chines e outros;
- Como ficará o regramento do **uso espaço visual** do Parque: propagandas, cartazes ou outdoors;

¹ Por Eng **Paulo Fdo. Piza Teixeira**: Fundador da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, Ex-Supervisor de Meio Ambiente da SMAM, Assessor Regional da Organização Mundial da Saúde para Saúde Urbana, contato: pfpiza@yahoo.com; Dra **Susana Gastal**, membro da equipe inaugural da SMAM, professora universitária em programa de mestrado e doutorado; Bibliotecária **Carmen Hoonholtz**, membro da equipe inaugural da SMAM.



- E sobre a situação do destino dos **vendedores ambulantes**, especialmente aqueles associados à comida de rua, tão valorizada ao redor do mundo?
- E sobre a proteção e utilização do **Lago**: normas e critérios?
- A **segurança pública** vai continuar sendo feita pela Brigada Militar, mesmo que passe a se tratar de área, para todos os efeitos pós-concessão, “privada” ? A proposta menciona vigilantes de bicicletas, sem explicitar.

SUGESTÕES:

- Que o contrato obrigue que a concessionária realize um **Projeto de Infraestrutura e Urbanização do Parque**, que considere, dentre outros, a drenagem pluvial (chuvas, esgoto sanitário dos equipamentos) e redes de água potável, varrição e limpeza- resíduos sólidos (armazenamento coleta transporte e destino final), conveniência de pavimentação dos passeios, ciclovias, trilhas de pedestres;
- Que a concessionária realize *um Inventários Periódicos dos Espécimes da Flora e Fauna do Parque Farroupilha* que contenha um plano de tratamento (dendrocirurgia), recuperação e recomposição da flora com espécies nativas, a partir de pareceres técnicos especializados;
- Que a Concessionária implemente um **Plano de Comunicação Social** e seja submetida a periódicas avaliações públicas sobre os serviços prestados;
- Quanto ao possível estacionamento subterrâneo, que se exija a realização de um **Estudo de Impacto Ambiental** para identificar impacto do rebaixamento do lençol freático (com potenciais consequências para toda área de entorno e especialmente desastrosas para as árvores, pelo corte de raízes);
- Seja atualizado o **Inventário dos Monumentos e Obras de Arte** com proposta de restauro, recuperação e conservação dos mesmos e dos recantos Jardim Alpino, Jardim Europeu, Jardim Oriental (criados em 1941);
- Que haja considerações sobre o tema recorrente *do cercamento do Parque*, mesmo que no momento atual talvez não se coloque no âmbito da proposta
- Analisar a criação de um **Fundo Rotatório** para a manutenção presente e futura da Redenção (doações, recursos da concessão);

Por fim, cabe lembrar que a Redenção possui 250 anos de tradição de utilização comunitária. Prezar integralmente pelos nossos patrimônios ambientais e culturais (caso dos jardins históricos) significa preservar nossos valores culturais, espirituais e éticos e requer combater a passividade, às raias da submissão idiotizada e conivente, por parte daqueles alheios à defesa do interesse público de um público usuários que, no caso da Redenção, envolve segmentos não elitizados da sociedade. O individualismo exacerbado e egocêntrico, o possível lucro fácil e imediatista, sempre será fatal para a nossa e para qualquer sociedade. Se não participarmos ativamente desse processo de concessão do Parque Farroupilha e se a voz da razão não for ouvida pelos tomadores de decisão, seremos a antítese de uma Cidade comprometida com seu futuro e com sua honra coletiva.

Assim, lutemos por reabilitação e vida longa para a Redenção!

Sem Redenção pública não haverá um Porto “Alegre”!